

Galípolo é visto com bons olhos pelo mercado, que espera que o BC continue independente

Atual diretor de Política Monetária do Banco Central, Galípolo foi indicado pelo presidente Lula para comandar a autarquia a partir de 2025 nesta quarta-feira. Ele precisa ser aprovado pelo Senado para assumir o cargo.

Por **Bruna Miato**, **André Catto**, g1

28/08/2024 15h27 · Atualizado há um dia



Gabriel Galípolo — Foto: Ton Molina/Fotoarena/Estadão Conteúdo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou nesta quarta-feira (28) a indicação de Gabriel Galípolo para a presidência do Banco Central do Brasil (BC). Esse é o primeiro passo para a sucessão do atual dirigente Roberto Campos Neto, que encerra seu mandato no final deste ano.

Galípolo é o atual diretor de política monetária do BC, e ainda precisa ser sabatinado e aprovado pelo Senado Federal para assumir o cargo em janeiro.

A indicação de Galípolo foi bem recebida por agentes do mercado financeiro. Desde sua nomeação para a diretoria, em maio do ano passado, especulava-se que ele poderia ser o futuro indicado de Lula à presidência da instituição.

O mercado, inclusive, desconfiou que a proximidade entre eles pudesse gerar interferência política nas decisões de taxa de juros do país. Mas a atuação e declarações de Galípolo em mais de um ano de BC deram algum conforto de que ele comandaria o BC com um olhar técnico.

Agora, analistas ouvidos pelo g1 reforçam que ele ainda precisará confirmar na prática que o BC continuará independente. Em especial, porque Lula passou os dois primeiros anos de mandato criticando a presidência da instituição.

Confiança do mercado

Desde o início do terceiro mandato, Lula se colocou como um ferrenho crítico do atual presidente da instituição, Roberto Campos Neto. Foi a primeira vez em que um presidente da República iniciou um governo em que vigorava a Lei de Autonomia do Banco Central, sancionada em 2021.

Sem a possibilidade de trocar o comandante do BC, Lula partiu para o caminho da crítica como forma de pressão política. Foram sucessivas falas de desaprovação ao patamar de juros do país, e também ataques ao próprio Campos Neto.

O duelo entre presidente da República e presidente do BC causou desconforto no mercado financeiro. Os receios aumentaram quando Galípolo — então número 2 de Fernando Haddad no Ministério da Fazenda — foi nomeado para o cargo de diretor de política monetária.

O mercado se preocupava que o economista fosse se comportar como um "voto do governo" dentro da instituição.

Após um ano no cargo, no entanto, Galípolo conseguiu afastar a impressão amarga de boa parte dos agentes econômicos. Em seus votos no Comitê de Política Monetária (Copom) e em declarações públicas, construiu a imagem de um decisor técnico — e que, por vezes, contrariava a vontade de Lula.

Agora, a confirmação da indicação para a Presidência do BC também retira do radar uma possível "cambalhota" no futuro da instituição.

Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, diz que a indicação de Galípolo não é necessariamente motivo para animar o mercado, mas uma garantia de que não haja uma "surpresa negativa".

"Significa que o presidente Lula não vai indicar alguém com um pensamento mais populista ou desenvolvimentista, como foi com Alexandre Tombini, durante o governo de Dilma Rousseff, que forçou uma redução dos juros", diz.

Agostini destaca que Galípolo é um nome do mercado financeiro, com "perfil que se encaixa naquilo que a política monetária exige". É algo que outros economistas do mercado também consideram positivo.

"Ele tem a formação acadêmica necessária, uma boa passagem pelo mercado privado — o que é muito importante para ter uma percepção maior de como o mercado absorve as decisões de

política monetária — e tem também passagem pelo setor público, para entender as engrenagens de como funciona."

Carla Argenta, economista-chefe da CM Capital, diz que Galípolo já passou por períodos turbulentos desde que integrou o Copom e o trabalho até aqui reflete o mesmo comprometimento com as metas da instituição que é visto entre os demais diretores.

Vai mudar?

Já que o histórico do economista gera um bom grau de confiança nos economistas e analistas do mercado, os olhos agora estão no que será o futuro de uma possível gestão Galípolo.

Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, considera que o economista é um nome já bastante "divulgado, circulado e testado" tanto pelo meio político como empresarial, e que traz como positivo uma interlocução "muito boa e fluida com diversos setores da economia".

"O Brasil viveu um período novo para a história econômica, com um presidente de BC que não era indicado pelo presidente da República. E, depois, uma outra situação nova: diretores que não foram indicados pelo presidente do BC", explica o economista.

"Isso é normal em BCs independentes, mas o Brasil está experimentando isso agora. O Galípolo e o Campos Neto tiveram um papel muito importante para que isso fosse o mais suave possível", afirma Megale.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, concorda que Galípolo demonstra uma "capacidade analítica e o dom de se relacionar bem com interlocutores de diferentes matizes". "A habilidade para conduzir a política monetária, creditícia e cambial também passa por mostrar ao Poder Executivo os rumos que estão sendo tomados, prestar contas e fazer o que precisa ser feito."

São características importantes para baixar a febre das críticas contra o BC e reduzir a pressão sobre as decisões de juros. Para Galípolo, é importante reforçar a imagem de condutor técnico enquanto comunica de forma clara qual a linha de pensamento do novo BC — seja para o governo ou para o mercado.

Por outro lado, **Agostini, da Austin Rating** pondera que o discurso de Galípolo nos últimos dias — mais duro e dando a entender que o BC não descarta uma alta na taxa de juros brasileira — parece apenas uma tentativa de conseguir ter seu nome aprovado pelo mercado financeiro.

Nos últimos dias têm ganhado força entre instituições financeiras a avaliação de que o BC terá que subir a Selic em pelo menos 0,25 ponto percentual em setembro, mesmo em meio à relativa melhora do cenário externo.

Isso porque a inflação brasileira voltou a acelerar e as expectativas de agentes do mercado financeiro é mostram o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cada vez mais distante do centro da meta de inflação do BC.

Em julho, os preços medidos pelo IPCA subiram 0,38% e a inflação acumulada em 12 meses foi de 4,5%. A meta do BC para 2024 é de uma inflação de 3%, e será considerada cumprida se estiver em um intervalo entre 1,5% e 4,5%.

A inflação já no limite da meta é consequência, principalmente, da alta do dólar nos últimos meses, que encarece produtos importados e commodities, como petróleo, impactando diversos setores da economia.

Além disso, há uma cautela no mercado sobre o risco fiscal brasileiro, ou seja, se o governo federal será capaz de arcar com suas contas.

Com esses fatores no radar, na semana passada, Galípolo reforçou que o BC pode subir a taxa de juros se for necessário para controlar os preços. Nesta segunda-feira (26), disse também que os dados indicam que a economia brasileira parece estar em um estágio distinto da economia norte-americana, que deve iniciar seu ciclo de quedas em setembro.

"A atividade está aquecida, se mostrando dinâmica no Brasil (...) Tem mostrado bastante dinamismo", ou seja, uma atividade econômica mais equilibrada, disse ele, durante um evento em Teresina (PI).

Já o analista financeiro Marcos Moreira, da WMS Capital, diz que o discurso mais duro é importante não só para a sucessão como para reforçar a credibilidade de um BC independente.

"Num cenário em que o presidente da República tem conflitos com o patamar das taxas de juros, ter um novo presidente para o BC, indicado por ele, defendendo subir ainda mais os juros é uma mensagem importante. Mostra que esse viés político vai perdendo força", diz Moreira.

Quem é Gabriel Galípolo

Galípolo é formado em Ciências Econômicas e mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professor universitário, deu aulas de 2006 a 2012 nos cursos de graduação da faculdade onde se formou.

Foi presidente do Banco Fator, instituição com tradição em programas de privatização e parcerias público-privadas (PPPs), de 2017 a 2021.

O economista esteve à frente do banco durante os estudos para o processo de privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae).

O desenvolvimento de um modelo de parceria público-privada para a Cedae começou em 2018 pelo consórcio liderado pelo Banco Fator, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Especialista no assunto, Gabriel Galípolo ministrou aulas sobre PPPs e concessões na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp).

Em sua atuação na gestão pública, foi chefe da Assessoria Econômica da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos de São Paulo, em 2007, na gestão do então governador José Serra (PSDB).

No ano seguinte, ainda durante governo do tucano, assumiu o cargo de diretor de Estruturação de Projetos na Secretaria de Economia e Planejamento de São Paulo.

Em 2009, fundou a Galípolo Consultoria, empresa em que foi sócio-diretor até 2022, antes de assumir como Secretário da Fazenda, em 2023. No mesmo ano, foi indicado e assumiu o cargo de diretor de política monetária do Banco Central.